



UNIVERSIDADE FEDERAL DELTA DO PARNAÍBA - UFDPAR
CAMPUS MINISTRO REIS VELLOSO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E QUANTITATIVAS

GEOVANA CHAVES DE ARAÚJO

**POBREZA E DESIGUALDADE NO BRASIL: UM OLHAR SOBRE O PBF E SEUS
EFEITOS**

PARNAÍBA-PI

2021

GEOVANA CHAVES DE ARAÚJO

POBREZA E DESIGUALDADE NO BRASIL: UM OLHAR SOBRE O PBF E SEUS
EFEITOS

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Econômicas e Quantitativas como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel em Ciências Econômicas da Universidade Federal do Delta do Parnaíba, Campus Ministro Reis Velloso – Parnaíba.

Orientador: Dr. Frederico Osanan Amorim Lima.

PARNAÍBA-PI

2021

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Setorial Prof. Cândido Athayde – Campus Parnaíba
Serviço de Processamento Técnico

A663p Araújo, Geovana Chaves de
Pobreza e desigualdade no Brasil: um olhar sobre o PBF e seus efeitos
[recurso eletrônico] / Geovana Chaves de Araújo. – 2021.
1 Arquivo em PDF

Monografia (Curso de Ciências Econômicas) - Universidade Federal do
Delta do Parnaíba, 2021.

Orientação: Prof. Dr. Frederico Osanan Amorim Lima

1. Políticas Públicas. 2. Programa Bolsa Família. 3.
Multidimensionalidade. 4. Pobreza. I. Título.

CDD: 362.5

GEOVANA CHAVES DE ARAÚJO

**POBREZA E DESIGUALDADE NO BRASIL: UM OLHAR SOBRE O PBF E SEUS
EFEITOS**

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Econômicas e Quantitativas como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel em Ciências Econômicas da Universidade Federal do Delta do Piauí, Campus Ministro Reis Velloso – Parnaíba. Pela seguinte banca examinadora:

Banca examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Frederico Osanan Amorim Lima
Departamento de Ciências Econômicas e Quantitativas-UFDPar

Prof^a. Dra. Maria Helena Cortez Melo Pires
Departamento de Ciências Econômicas e Quantitativas-UFDPar

Prof^a. Ma. Hana Rosa Borges de Oliveira
Departamento de Ciências Econômicas e Quantitativas-UFDPar

Aprovado em 29/01/2021

AGRADECIMENTOS

Agradeço à divindade, universo ou qualquer que seja o nome dessa força maior que nos cerca, por ter me mostrado o caminho e ter me guiado até aqui.

Aos meus queridos pais, Maria Salomé Chaves e José Chaves de Araújo, por terem sido os melhores exemplos, minha mãe por toda sua paciência e doação, e meu pai, que por ser analfabeto, me mostrou o quanto é valiosa a educação.

Ao meu irmão Felipe e minha cunhada Elayne, por sempre me ouvirem e me apoiarem ao longo dessa jornada. E a Bianca e o Bruno por serem os melhores irmãos de outra mãe que alguém poderia querer.

Agradeço a todos os meus amigos e familiares pelo carinho. Agradeço principalmente a minha tia Maria do Rosário Faustino, minha segunda mãe, pelos puxões de orelha, cuidado e confiança atribuídos a mim, e ao meu avô Raimundo, meu tio avô Manoel e minhas avós Angélica e Etelvina, por todo incentivo sempre.

Agradeço imensamente a segunda família que fiz durante esses anos, em especial a minha amiga Keyte por ter sido uma irmã pra mim no período mais difícil de adaptação. A Germayra Carla por ser minha parceira desde a matrícula e a melhor colega de quarto que eu poderia ter, e as minhas amigas Ana Raquel e Ravena, que chegaram depois mais que ocupam um lugar de muito carinho no meu coração.

Agradeço ao meu namorado Diego Santos, por todo apoio emocional e estrutural que possibilitaram a realização desse trabalho, obrigada por todo companheirismo, carinho e amor, e por estar comigo nos meus melhores e piores dias.

Agradeço aos meus colegas de turma. Em especial a Crislane Oliveira, por ser a minha melhor amiga, por não ter me deixado desistir nos piores dias e por estar sempre ao meu lado, obrigada pela parceria, pelas festas, congressos, viagens, e pelas muitas risadas e palavras de incentivo. A minha amiga Marlene Furtado, por ser tão parecida comigo e conseguir me entender quando ninguém mais conseguia, obrigada por todos os conselhos e palavras de carinho. Amo vocês!

Por fim agradeço aos professores por contribuírem para minha formação acadêmica a toda equipe do Departamento de Ciências Econômicas pela gentileza e principalmente pela colaboração.

“São as nossas escolhas, mais do que as nossas capacidades, que mostram quem realmente somos.”

Alvo Dumbledore

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo geral analisar o conceito e as características da pobreza e desigualdade no Brasil e relacionar com os efeitos das políticas de enfrentamento. Especificamente, pretende-se descrever os conceitos e as principais características da pobreza e da desigualdade; Apresentar indicadores sociais que ajudam a entender a dimensão dos problemas estudados inserindo na realidade brasileira; Discutir os reflexos das políticas sociais de enfrentamento para os problemas pobreza e desigualdade social, focalizando no PBF. Nesse sentido, pretende analisar as principais abordagens da pobreza: a abordagem monetária em sua face absoluta e relativa. Dada à especificidade da pobreza, é importante examinar os elementos que a causam, bem como aqueles que a tornam persistente em algumas regiões. Portanto, em uma perspectiva unidimensional, o mapa da pobreza no Brasil foi traçado evidenciando alguns indicadores sociais na última década, e por fim destacando a educação e o programa Bolsa Família como política pública de combate à pobreza.

Palavras-chave: Pobreza. Multidimensionalidade. Políticas públicas. Programa Bolsa Família.

ABSTRACT

This work has as general objective the analysis of the concept and the characteristics of the poverty and inequality in Brazil and to relate with the effects of the policies of confrontation. Specifically, it is intended to describe the concepts and the main characteristics of poverty and inequality; Social indicators that help to understand the dimension of the studied problems; referenced in the Brazilian reality; Discuss the reflexes of social coping policies for the problems of poverty and social inequality, focusing on the PBF. In this sense, we intend to analyze the main approaches to poverty: a monetary approach in its absolute and relative face. Given the specificity of poverty, it is important to examine the elements that cause it, as well as those that become persistent in some regions. Therefore, in a unidimensional perspective, the poverty map in Brazil was drawn up showing some social indicators in the last decade, and finally highlighting education and the Bolsa Família program as a public policy to combat poverty.

Keywords: Poverty. Multidimensionality. Public policy. Bolsa Família Program.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 POBREZA COMO QUESTÃO CONCEITUAL	12
2.1 A POBREZA ABSOLUTA: ABORDAGEM UNIDIMENSIONAL	13
2.2 A POBREZA RELATIVA: ABORDAGEM MULTIDIMENSIONAL.....	14
3 O MAPA DA POBREZA E DA DESIGUALDADE NO BRASIL.....	16
3.1 INDICADORES SOCIOECONÔMICOS.....	18
3.1.1 Estrutura econômica e mercado de trabalho	19
3.1.2 Padrão de vida e distribuição de renda	22
3.1.3 Educação.....	23
4 POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS NO BRASIL.....	25
4.1 EDUCAÇÃO: INSTRUMENTO QUE TRANSFORMA REALIDADES.....	26
4.2 BOLSA FAMÍLIA: UM PROGRAMA DE COMBATE A POBREZA	28
4.2.1 Impactos do PBF	30
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
REFERÊNCIAS.....	33

1 INTRODUÇÃO

A pobreza é um objeto de estudo que vem cada vez mais tomando espaço nos campos de discussão acadêmicos e políticos, por ser um problema antigo e recorrente na sociedade, principalmente em países em desenvolvimento e subdesenvolvidos onde o nível de desigualdade social é maior. No campo das Ciências Humanas e Sociais, é matéria de estudo que trouxe vida à Ciência Econômica, formulando a primeira e principal linha de estudo: “a escassez”. Em decorrência disso, já gerou diversos debates, teorias e formas de enfrentamento, como gerou também diversas outras questões do tipo, entre elas: “O problema é realmente a escassez ou a má distribuição dos insumos?”. O que perdura, entretanto, é uma já gasta e conhecida história de concentração de renda, geralmente simplificada na frase “muito nas mãos de poucos”.

No Brasil, embora houvesse aumento significativo de riqueza, a persistência da pobreza ainda se dá de forma severa. Os estudos dessa temática têm mostrado a desigualdade como a principal causa, apesar de que, como veremos no decorrer do trabalho, são conceitos totalmente diferentes.

De forma bem simplista, podemos conceituar pobreza como falta do necessário à sobrevivência¹. Pela concepção conceitual de pobreza descrita no dicionário, a renda torna-se o foco e principal referência. Durante muito tempo essa foi a principal referência em trabalhos para analisar as questões práticas ligadas à escassez material das sociedades. Mais recentemente se começou a entender que pobreza não está ligada apenas a questão monetária, mas também às oportunidades oferecidas pela sociedade, que são direitos de todos previsto pela a Constituição Federal de 1988. No seu Art. 6º, por exemplo, se estabelece como direitos sociais fundamentais “a educação”, “a saúde”, “o trabalho”, “o lazer”, “a segurança”, “a previdência social”, “a proteção à maternidade e à infância”. Diante disso, precisa-se considerar a multidimensionalidade da pobreza na elaboração e execução das políticas públicas e dos programas sociais para que se tenham soluções eficazes para o problema.

O conceito de pobreza, dada as suas singularidades, é algo que precisa ser evidenciado e problematizado com recorrência, como forma de permitir uma visão mais clara do objeto de estudo. A questão pobreza é um assunto que requer cuidado e atenção, principalmente em países subdesenvolvidos, como é o caso do Brasil. Essa temática trás vários conceitos adjacentes, características, além de englobar diversas abordagens. No Brasil, temos que levar

¹ DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/pobreza/>>. Acesso em: 27/07/2020

em consideração a exclusão de grupos marginalizados onde se encontram os maiores níveis de desigualdade social.

A pobreza no Brasil, ao longo de seu processo histórico, advém principalmente de situações de extrema desigualdade que desenvolveram um sistema socioeconômico tipicamente exclusivo e concentrado, intensificado na mesma proporção ou acompanhado do desenvolvimento do sistema capitalista associado à industrialização e urbanização das cidades, alimentada por um êxodo rural onde as pessoas migraram para as cidades em busca de melhores condições de vida e emprego (SILVA, BANDEIRA, LOPES, 2011).

Nos últimos anos, o Brasil mostrou enormes índices de desigualdades na distribuição de renda e altos níveis de pobreza. Este trabalho, por sua vez, analisará a situação atual e a evolução da escala e natureza da pobreza e da desigualdade de renda no Brasil ao longo do período, estabelecendo relações causais entre essas dimensões. Visa também demonstrar a viabilidade econômica do combate à pobreza e justificar a importância de se estabelecer estratégias que sejam eficazes e não interfiram no crescimento econômico, mas, sobretudo, enfatizem o papel das políticas redistributivas diante da desigualdade.

A hipótese deste trabalho parte do ponto que uma grande parcela da população brasileira sofre com diversos tipos de pobreza, que não podem ser entendidas apenas pela análise da insuficiência de renda, tornando necessário o incremento de análises que considerem o caráter multidimensional da pobreza. O estudo tratará de analisar os conceitos e características da pobreza e da desigualdade no Brasil, em sua multidimensionalidade, e as políticas desenvolvidas para o enfrentamento dessas questões, considerando os aspectos políticos e econômicos em que se inserem.

A pesquisa tem como objetivo geral analisar o conceito e as características da pobreza e desigualdade no Brasil e relacionar com os efeitos das políticas de enfrentamento.

Especificamente, pretende-se: a) Descrever os conceitos e as principais características da pobreza e da desigualdade; b) Apresentar indicadores sociais que ajudam a entender a dimensão dos problemas estudados inserindo na realidade brasileira; c) Discutir os reflexos das políticas sociais de enfrentamento para os problemas pobreza e desigualdade social, focalizando no PBF.

Para o presente trabalho realizou-se uma pesquisa, caracterizada quanto aos procedimentos técnicos como bibliográfica e quanto aos objetivos foi caracterizada como exploratória, com abordagem qualitativa, através de dados secundários. Segundo Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é realizada com base em materiais já elaborados, principalmente livros

e artigos científicos. Embora alguns tipos de trabalhos desta natureza sejam necessários em quase todos os estudos, alguns estudos baseiam-se apenas em fontes bibliográficas.

Sendo assim, o trabalho foi realizado através de fontes de pesquisa, como dissertações, artigos, sites e livros, tendo como principal fonte a síntese anual de 2020 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) para fundamentação do tema proposto. Os períodos de coleta dos dados secundários foram dos anos de 2019 a 2021.

A presente monografia está estruturada em quatro capítulos além dessa introdução. O primeiro deles discute duas abordagens do conceito de pobreza: a abordagem monetária e a abordagem das necessidades humanas. O segundo capítulo faz uma reflexão do estudo da desigualdade dentro das suas várias concepções. O terceiro capítulo apresenta o mapa da pobreza no Brasil e o quarto trás uma análise das políticas de redistribuição, enfatizando a contribuição da educação para combate a pobreza e o Programa Bolsa Família (PBF) e os seus efeitos. E por fim, a guisa de conclusão, é apresentado os resultados deste trabalho monográfico.

2 POBREZA COMO QUESTÃO CONCEITUAL

A definição de conceitos torna-se fundamental nos estudos acadêmicos para se entender de forma mais clara o objeto de estudo. No caso em questão, analisar, conceitualmente, a pobreza, pode permitir que se tenha uma visão mais abrangente, diferente da qual é popularmente conhecida. Ao compreender a complexidade do fenômeno, suas diferentes percepções e formas de abordagem, torna-se possível conceber políticas públicas que busquem trazer soluções eficazes para o problema.

Por um bom tempo, quando se falava em pobreza, a primeira coisa em que se pensava era no poder aquisitivo e tangível que determinada pessoa possuía. No decorrer do tempo, entretanto, outras definições foram sendo agregados a esse estado.

Outras abordagens, além da abordagem unidimensional, foram sendo debatidas, configurando-se num conjunto de análises que, atualmente, comportam uma variedade grande de compreensões, a ponto de ser, majoritariamente, considerada como de valor multidimensional. Na abordagem unidimensional, a pobreza se torna absoluta. O que se quer dizer com isso, é que o fenômeno da escassez material é analisado apenas como insuficiência de renda. Na outra abordagem, dita multidimensional, a pobreza é analisada na dimensão econômica, social, cultural e política (SANTANA, 2012).

Visto isso, para melhor compreensão do tema proposto, apresentamos este capítulo em duas subdivisões. Na primeira, 2.1 faz-se uma abordagem monetária da pobreza, como ela é mais conhecida; na seção 2.2 sustenta-se o debate do ponto de vista multidimensional, levando em consideração outros elementos além da renda.

2.1 A POBREZA ABSOLUTA: ABORDAGEM UNIDIMENSIONAL

Como já foi explanado mais superficialmente, o conceito de pobreza foi por muito tempo pensado apenas levando em consideração a renda, o que de fato é uma abordagem importante, tendo em vista que uma grande parcela da população não tem o mínimo para sobreviver.

Sendo assim, a pobreza absoluta pode ser conceituada como aquela em que qualquer indivíduo ou grupo familiar viveria se não possuísse renda suficiente para suas necessidades mais básicas, traduzindo na incapacidade de se reproduzir, uma vez que essa renda, ou sua ausência, seria a conversão monetária do mínimo de calorias necessário à reprodução fisiológica. Some-se a isso, também, despesas como moradia, transporte etc. (SALAMA; DESTREMAU, 1999, p. 51).

O enfoque absoluto na conceituação da pobreza se observa quando da fixação de padrões para o nível mínimo ou suficiente de necessidades, conhecido como linha ou limite da pobreza, determinando a percentagem da população que se encontra abaixo desse nível. Esse padrão de vida mínimo, apresentado sob diferentes aspectos, sejam nutricionais, de moradia ou de vestuário, é normalmente avaliado segundo preços relevantes, calculando a renda necessária para custeá-los. Para o estabelecimento dos limites de pobreza utilizam-se diferentes enfoques, quer sejam o biológico, o das necessidades básicas ou o dos salários mínimos (CRESPO; GUROVITZ, 2002).

Como os autores argumentam, o indivíduo que se enquadra dentro do parâmetro de pobreza absoluta ou pobreza extrema, como é mencionada por outros autores, é aquele indivíduo que não possui renda para se manter fisiologicamente. Uma forma mais clara de se entender a pobreza absoluta é com um exemplo que muito se ver pelas cidades de médio e grande parte no Brasil, pessoas em situação de rua, sobrevivendo por pouco, sem saúde, educação e qualquer outro tipo de assistencialismo.

Para Freitas (2015), essa concepção unidimensional da pobreza centra-se nas falhas da distribuição de recursos, afinando-se com um sistema de integração social que repousa sobre o trabalho assalariado, no qual participação de todos os indivíduos sadios na esfera produtiva considerada adquirida. Esta é a visão monetária da pobreza veiculada pelo Banco Mundial,

calcada na apreciação das necessidades fisiológicas fundamentais, traduzidas em termos monetários com base no pressuposto de que é a renda que permite satisfazer ou não tais necessidades, mas exclui que se considere o acesso a bens e serviços coletivos.

De acordo com o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), há alguns mecanismos para medir o nível de pobreza do indivíduo e caracterizá-lo como absolutos ou relativos, estabelecendo parâmetros. Um desses instrumentos é o Índice de Gini, na prática ele costuma a comparar os 20% mais pobres com os 20% mais ricos.

Nesse sentido Salama e Destremau (1999) apontam que a medida da pobreza deve poder dar um contorno quantitativo a esse problema, de forma a permitir que se tomem as decisões necessárias após seu conhecimento. ou seja, um problema "pobreza" que a medida avalia como pouco importante poderá ser mais facilmente tolerado, enquanto um "grande" problema de pobreza incitará as diferentes categorias de interventores a implantar medidas cujo custo, todavia, poderá constituir um fator de freio ou limitação.

Na literatura moderna, o conceito de pobreza mais comumente usado é renda insuficiente, porque pressupõe que todos tenham um rendimento mínimo e porque torna mais fácil cálculos devido à disponibilidade de dados. No entanto, essa afirmação serve apenas para solucionar questões operacionais, pois é relevante apenas nos estudos de pobreza extrema.

2.2 A POBREZA RELATIVA: ABORDAGEM MULTIDIMENSIONAL

De acordo com Salama e Destremau (1999), a pobreza relativa situa o indivíduo na sociedade. Seria pobre cujo nível de renda fosse inferior a metade, ou de 40%, ou ainda de 60% do rendimento inferior à metade da renda média. Nesse sentido:

O conceito de pobreza relativa é descrito como aquela situação em que o indivíduo, quando comparado a outros, tem menos de algum atributo desejado, seja renda, sejam condições favoráveis de emprego ou poder. Uma linha de pobreza relativa pode ser definida, por exemplo, calculando a renda per capita de parte da população. Essa conceituação, por outro lado, torna-se incompleta ao não deixar margem para uma noção de destituição absoluta, requisito básico para a conceituação de pobreza. Também acaba gerando ambiguidade no uso indiferente dos termos pobreza e desigualdade que, na verdade, não são sinônimos (CRESPO; GUROVITZ, 2002).

Diferente da considerada pobreza absoluta, a pobreza relativa tem traços mais amenos, se aproximando mais do conceito de desigualdade devido a suas características, pois levam em consideração outros elementos além da renda, como por exemplo, acesso restrito a educação e oportunidades de emprego.

Segundo Crespo e Gurovitz (2002), foi a partir dos anos 1980 que a pobreza começou a ser entendida como privação relativa, dando ao conceito um enfoque mais abrangente e rigoroso, buscando uma formulação científica e comparações entre estudos internacionais, enfatizando o aspecto social. Portanto, o desenvolvimento de papéis e de comportamentos sociais adequados se tornou parâmetros para definir quem estava abaixo ou acima da linha da pobreza, como também, alimentação adequada e determinados luxos.

O entendimento é de que o sistema de produção capitalista, centrado na expropriação e na exploração para garantir a mais-valia, e a repartição injusta e desigual da renda nacional entre as classes sociais são responsáveis pela instituição de um processo excludente, gerador e reprodutor da pobreza, entendida enquanto fenômeno estrutural, complexo, de natureza multidimensional, relativo, não podendo ser considerado como mera insuficiência de renda, é também desigualdade na distribuição da riqueza socialmente produzida; é não acesso a serviços básicos; à informação; ao trabalho e a uma renda digna; é não a participação social e política (YAZBEK, 2012).

Como mencionado, o sistema capitalista funciona como um propulsor da pobreza e desigualdade, visto que seu funcionamento depende de uma pirâmide de classes empilhadas, onde na base se encontram a maior parte da população que vende seu trabalho ganhando quase nada, enquanto sustentam classes menores que detém mais poder e riquezas e que se concentrando no topo. Essa maior parcela da população acaba, por tanto, se tornando menos esclarecida quanto ao seu papel social e quanto ao seu poder de escolha política. Nesse sentido, a teoria da abordagem das capacitações começa com a pesquisa de um economista indiano Amartya Sem, onde ele cita:

A visão da liberdade aqui adotada envolve tanto os processos que permitem a liberdade de ações e de decisões como as oportunidades reais que as pessoas têm, dadas as suas circunstâncias pessoais e sociais. A privação de liberdade pode surgir em razão de processos inadequados (como a violação do direito ao voto ou de outros direitos políticos ou civis), ou de oportunidades inadequadas que algumas pessoas têm para realizar o mínimo do que gostariam (incluindo a ausência de oportunidades elementares, como a capacidade de escapar de morte prematura, morbidez evitável ou fome involuntária). (SEN, 2000, p.31).

A teoria da abordagem das capacitações começa com a pesquisa de um economista indiano Amartya Sen. O objetivo desta abordagem não se limita ao reconhecimento da pobreza, mas uma contribuição significativa para a Teoria do Bem-Estar Social e Teoria do Desenvolvimento Socioeconômico.

Portanto, medir a pobreza usando apenas o indicador monetário não se ajusta mais hoje porque as mudanças sociais, político e econômico são evidentes e exigem um mínimo de perguntas sobre usando esta variável como uma medida básica de bem-estar.

3 O MAPA DA POBREZA E DA DESIGUALDADE NO BRASIL

Embora não sejam conceitos contraditórios, pobreza e desigualdade não expressam o mesmo significado. Respectivamente, o primeiro estabelece relação diretamente com as privações, enquanto o segundo dirige-se a uma posição de desvantagem em relação à riqueza média de um país, podendo resultar ou não nessas privações. Por esse ponto de vista, é possível aceitar a existência tanto de países pobres, com baixos índices de desigualdade, quanto de países desenvolvidos e estáveis economicamente, onde o grau de concentração de renda acentua e agrava a desigualdade entre os grupos sociais (FREITAS, 2015).

O autor Scalon (2011) nos elucida ao dizer que a desigualdade não é algo natural e sim uma construção social, e que ela depende de algumas circunstâncias e que em sua maioria, são resultados das escolhas políticas feitas ao longo da história de cada sociedade. Diz ainda que todas as sociedades experimentam desigualdades e que elas se expressam de diferentes formas, sejam elas como prestígios, poder, renda, entre outras, e que suas origens são tão variadas quanto suas manifestações. Deixa claro que o desafio não está apenas em descrever os fatores e componentes das desigualdades sociais, mas está também em explicar o porquê da sua permanência, apesar dos valores igualitários pregados na atualidade. Nesse sentido:

[...] a pobreza assume no Brasil uma dimensão abrangente, evidenciando um quadro amplo para intervenção de políticas públicas de corte social, entendendo que as políticas sociais, para serem mais eficazes, devem estar articuladas a políticas macroeconômicas que garantam um crescimento econômico sustentado; a geração de emprego; a elevação da renda proveniente do trabalho e, sobretudo, a redistribuição de renda ainda altamente concentrada no Brasil (DA SILVA, 2010).

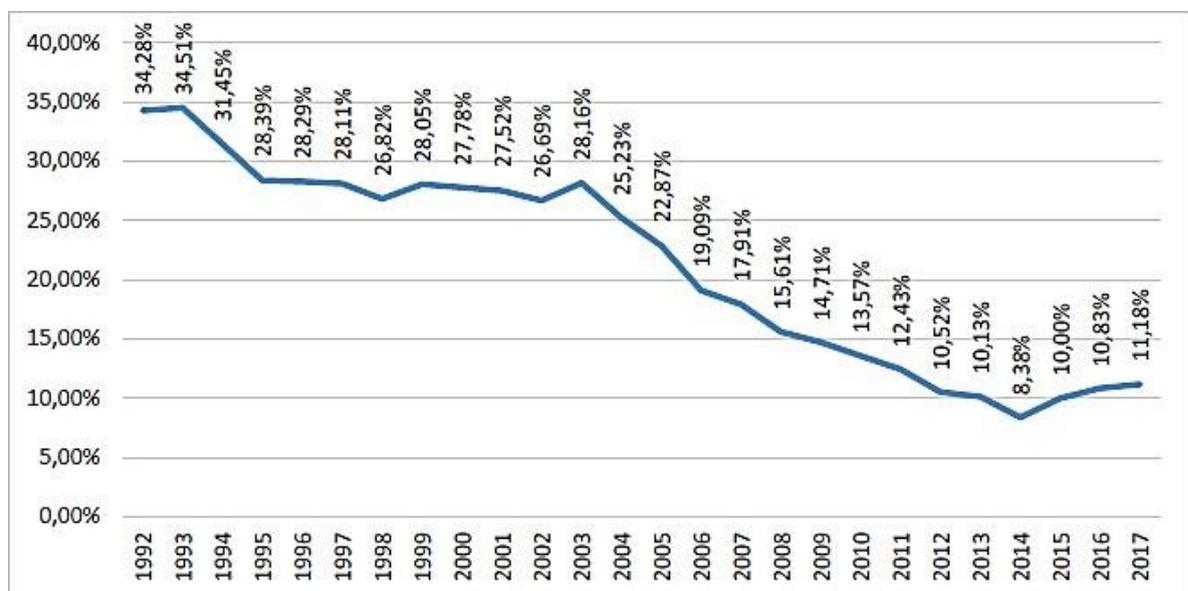
Como o autor destaca, as intervenções de políticas públicas de cunho social serão mais positivas se aliadas a políticas que visem o crescimento econômico, devido à abrangência que a pobreza alcança no Brasil, a geração de trabalho e a redistribuição de renda através de políticas tributárias seriam um caminho para a solução dessas questões.

No Brasil a pobreza se configura como um produto de relações sóciopolíticas históricas as quais ao longo do tempo se reatualizam “dando novas conformações aparentando transformações e modernidades”, porém mantendo o mesmo perfil

conservador e de subalternização e naturalização a essa questão (SILVA, BANDEIRA, LOPES, 2011).

A pobreza como qualquer outro problema estrutural, ganha proporções maiores e mais severas se não é tratado com a atenção devida, e como acontece com outros problemas ela também se modifica se adaptando a situações em que não eram comuns antes. Sendo assim, indivíduos que não se consideravam pobres passam a se encaixar nessa situação por diversos fatores, como por exemplo, desemprego, diminuição na renda, aumento do consumo.

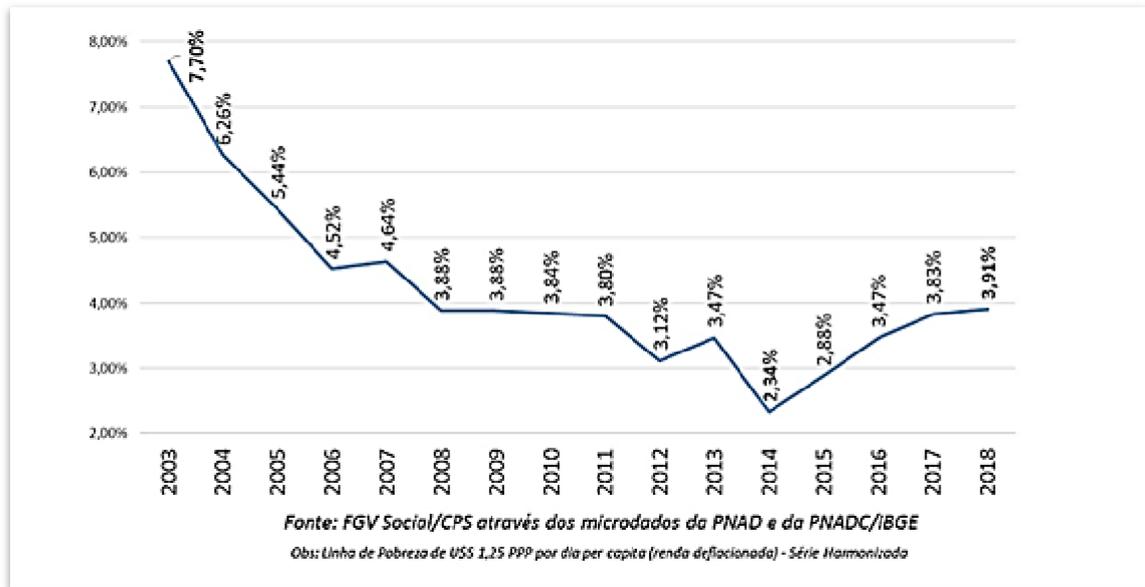
Gráfico 1 – Pobreza no Brasil – Proporção dos Pobres %



Fonte: FGV Social, 2019.

Como pode ser observado no Gráfico 1, apenas em 2015 a pobreza no Brasil subiu com cerca de 3,6 milhões de novos pobres. De acordo com o FGV Social (2019), desde o final de 2017 o aumento da pobreza foi de 33%, passando de 8,38% da população brasileira.

Ainda de acordo com o FGV Social, entre 2014 e 2018, a renda dos 5% mais pobres do Brasil caiu 39%, e fez com o que a cota da população em situação de extrema pobreza tivesse um aumento de 71,8% nesse período, incluindo a inclusão de cerca de 3,4 milhões de novos extremos pobres. Esse aumento da pobreza extrema ocorreu por conta da recessão econômica, mas também por causa do desajustamento do Bolsa Família (PBF).

Grafico 2- Extrema Pobreza no Brasil entre 2003 e 2018

Fonte: FGV Social, 2020.

Neste caso, devido à perda real de valor do benefício do programa, que não foi reajustado pela inflação em 2015 (quando era em torno de 10%) e em 2017 (já com inflação menor). Recentemente, houve uma redução no número de beneficiários. Em termos líquidos, aproximadamente 1,1 milhão de famílias foram desligadas do programa entre maio de 2019 e janeiro de 2020, resultando em uma fila média anual de 500.000. Famílias que deveriam ter sido atendidas, mas ainda aguardam a inclusão no programa Bolsa Família.

3.1 INDICADORES SOCIOECONÔMICOS

O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) faz uma síntese anual dos indicadores sociais brasileiros (SIS), salvo em anos de Censo Demográfico. Esse levantamento analisa a qualidade de vida e os níveis de bem-estar das pessoas, famílias e grupos populacionais, a efetivação de direitos humanos e sociais, bem como o acesso a diferentes serviços, bens e oportunidades, por meio de indicadores que visam contemplar a heterogeneidade da sociedade brasileira sob a perspectiva das desigualdades sociais.

Nos subtópicos a seguir, serão discutidos alguns dos indicadores desse levantamento feito pelo IBGE, para poder se entender qual a situação dos grupos populacionais do país. Os assuntos dos tópicos a seguir foram organizados da seguinte forma: estrutura econômica e mercado de trabalho; padrão de vida e distribuição de renda; e educação.

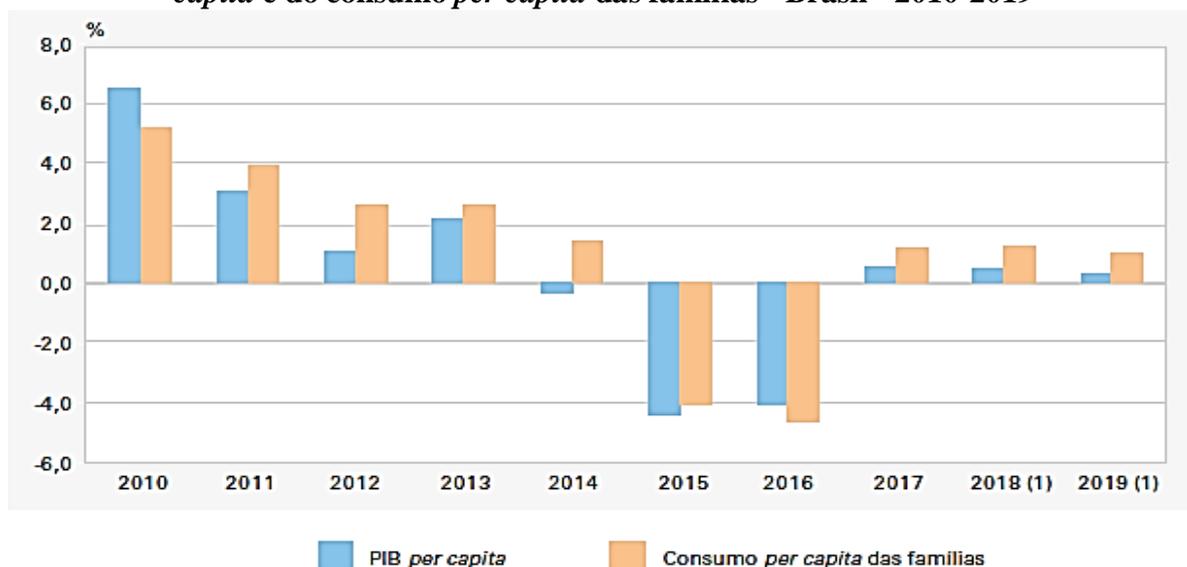
O Estrutura econômica e mercado de trabalho

Este item tem o propósito de expor a estrutura socioeconômica brasileira a partir de resultados relacionados à evolução da dinâmica econômica, destacando seus reflexos sobre o mercado de trabalho por meio de seus principais indicadores estruturais e conjunturais.

- Estrutura econômica

P Gráfico 3 a seguir mostra variações medidas por habitantes, apresentando os resultados anuais de 2010 a 2019, da taxa de variação do PIB *per capita*, assim como do consumo das famílias *per capita*, no Brasil.

Gráfico 3 - Taxa de variação anual em volume do Produto Interno Bruto – PIB *per capita* e do consumo *per capita* das famílias - Brasil - 2010-2019



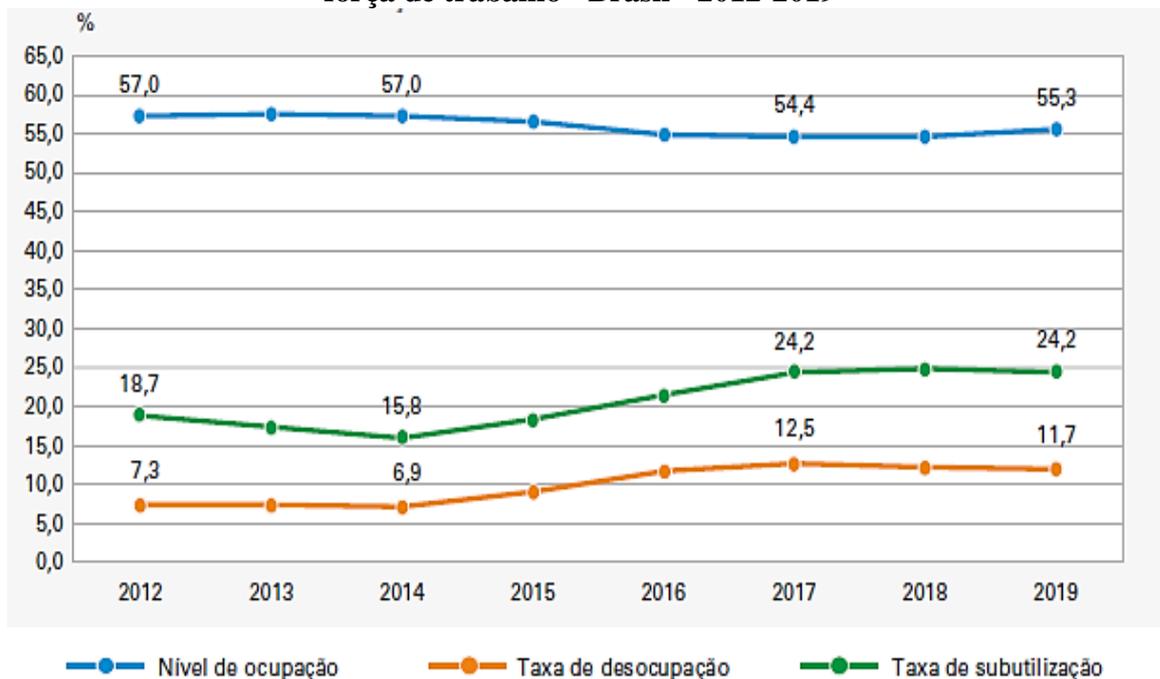
Fonte: IBGE, Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. N 43, 2020.

Apesar da desaceleração, resultados positivos foram observados em ambos os termos PIB e consumo das famílias até a primeira metade da década. Daqui a dois anos, no entanto, em 2015-2016 houve quedas significativas em ambos os indicadores, e nos últimos três anos, uma ligeira retomada no consumo das famílias e oscilações PIB *per capita* próximo de zero (IBGE, 2020).

- Mercado de trabalho

O Gráfico 4 apresenta três indicadores que são de suma importância para se avaliar o mercado de trabalho, são eles: o nível de ocupação, a taxa de desocupação e a taxa composta de subutilização da força de trabalho. Estão apresentados desde o ano de 2012 até 2019.

Gráfico 4- Nível de ocupação, taxa de desocupação e taxa composta de subutilização da força de trabalho - Brasil - 2012-2019

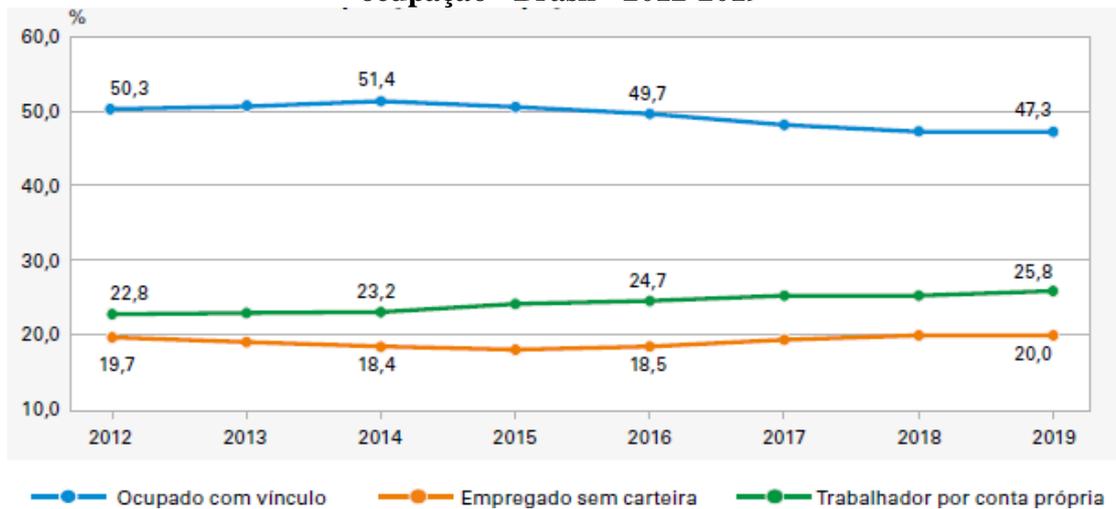


Fonte: IBGE, Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. N 43, 2020.

Pode-se observar que entre os anos de 2015 a 2017 as taxas de desocupação e de subutilização indicaram forte crescimento, demonstrando que parte desse grupo que ingressou na força de trabalho ou que estava ocupado passou a compor a população desocupada ou subutilizada nesse período. Por outro lado, em 2018 e 2019, examinou-se uma pequena redução nesses dois índices, ainda assim, diminuto para que retornassem aos percentuais dos anos anteriores. Enquanto isso, no nível de ocupação se observa uma queda a partir de 2015, evidenciando uma mudança dos anos de 2012 a 2014 e que se seguiu até 2019, com pequenas oscilações (IBGE, 2020).

Além dos outros indicadores mostrados no Gráfico 4, outras questões se tornam pertinentes com relação a posição na ocupação, que revelou que as condições de trabalho foram também menos favoráveis para os que estavam ocupados.

Gráfico 5- Participação dos trabalhadores, por categorias selecionadas de posição na ocupação - Brasil - 2012-2019



Fonte: IBGE, Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. N 43, 2020.

Conforme demonstrado no Gráfico 5, a partir de 2015 vislumbra-se uma redução contínua da participação de empregados com vínculo formal de trabalho, que atingiu o nível mais baixo, 47,3%, em 2019. Em contra partida, a fração da população ocupada sem carteira de trabalho e, principalmente, de trabalhadores por conta própria registraram uma alta a partir de 2015, resultando em aumentos constantes de suas participações relativas (IBGE, 2020).

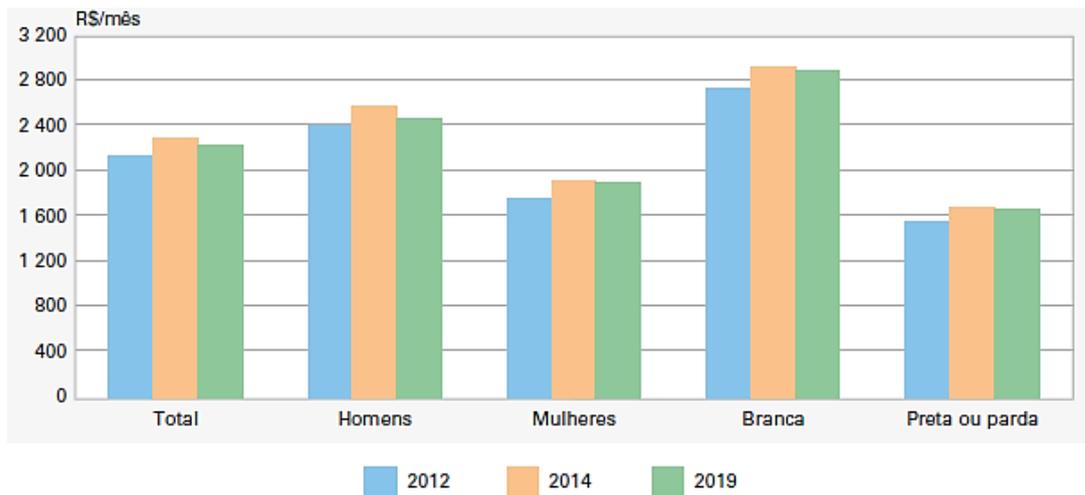
A informalidade de grande parte do trabalho é característica do mercado de trabalho brasileiro e importante fonte de desigualdade de renda. Com isso, grande parte dos trabalhadores não conseguem obter mecanismos de proteção social relacionados à formalização, como aposentadoria, licença remunerada (como licença-maternidade ou doença por motivo de saúde) e, pelo menos, o salário mínimo dos empregados envolvidos.

- Rendimentos do trabalho

O rendimento do trabalho é um dos resultados mais importantes, é o que o trabalhador obtém ao entrar no mercado, sendo também um dos principais indicadores de qualidade profissional. Essa inserção está intimamente relacionada à estrutura econômica, às

oportunidades existentes, às escolhas pessoais, à educação e formação, ao desenvolvimento de ocupações específicas e à modernização tecnológica.

Gráfico 6 - Rendimento médio real do trabalho principal das pessoas ocupadas, segundo o sexo e a cor ou raça - Brasil - 2012/2019



Fonte: IBGE, Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. N 43, 2020.

Com a adição de controles sobre horas trabalhadas e realização educacional, a desigualdade nos rendimentos médios por cor ou raça permaneceu significativa. Em 2019, a população ocupada de cor ou branca recebia uma renda por hora superior à da negra ou parda, em qualquer nível de escolaridade, com maior diferença na categoria de ensino superior, R\$ 33,90 contra R\$ 23,50, ou seja, 44,3% a mais para brancos.

Q Padrão de vida e distribuição de renda

A análise da distribuição de renda da população é o ponto de partida para o estudo das desigualdades econômicas e da pobreza monetária. A forma da curva de distribuição, seus indicadores estatísticos básicos, indicadores de renda e a concentração de renda distribuída proporcionalmente ao tamanho da população podem delinear um conjunto de pontos de vista importantes para a avaliação do desenvolvimento socioeconômico de um país.

- Linhas de pobreza monetária e as populações consideradas pobres no Brasil

Tabela 1 - Linhas de pobreza monetária - 2019

Linha de pobreza	Referência /uso	Valor (R\$)	Pobres	
			Total (1 000 pessoas)	Proporção (%)
Pobreza extrema				
89 (R\$)	Linha básica do Bolsa Família	89	8 506	4,1
US\$ 1,90 PPC (1)	Linha do Banco Mundial para países de renda baixa	151	13 689	6,5
Salário mínimo (1/4)	Linha de concessão do BPC/LOAS	250	24 688	11,8
Pobreza				
178 (R\$)	Linha de elegibilidade ao Bolsa Família	178	16 256	7,8
US\$ 3,20 PPC (1)	Linha do Banco Mundial para países de renda média-baixa	253	25 455	12,2
50% da mediana	Medida de pobreza relativa utilizada pela OCDE	431	51 053	24,4
US\$ 5,50 PPC (1)	Linha do Banco Mundial para países de renda média-alta	436	51 742	24,7
Salário mínimo (1/2)	Cadastro Único do Governo Federal	499	61 065	29,2

Fonte: IBGE, Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. N 43, 2020.

PPC=Paridade do Poder de Compra

A Tabela 1 resume as principais linhas de pobreza, principais usos e valores, eles são baseados na renda familiar por pessoa. A partir disso, é claro qual é o impacto da definição do valor da linha de pobreza na determinação da população pobre. O público-alvo potencial do programa Bolsa Família (pessoas com rendimento abaixo de R\$ 178) era de 16,2 milhões de pessoas em 2019. Se tomarmos em consideração a linha recomendada internacionalmente para o Brasil, o total de pobres mais que triplica e supera 51 milhões de pessoas no mesmo ano. Pela linha de salário mínimo *per capita*, 29,2% da população brasileira deveria estar cadastrada no CadÚnico do Governo Federal, em 2019. Cabe ainda ressaltar que as linhas de valor mais baixo ainda apontavam, no mesmo ano, para um contingente entre 8,5 milhões e 13,7 milhões de pessoas em condição de extrema pobreza (IBGE, 2020).

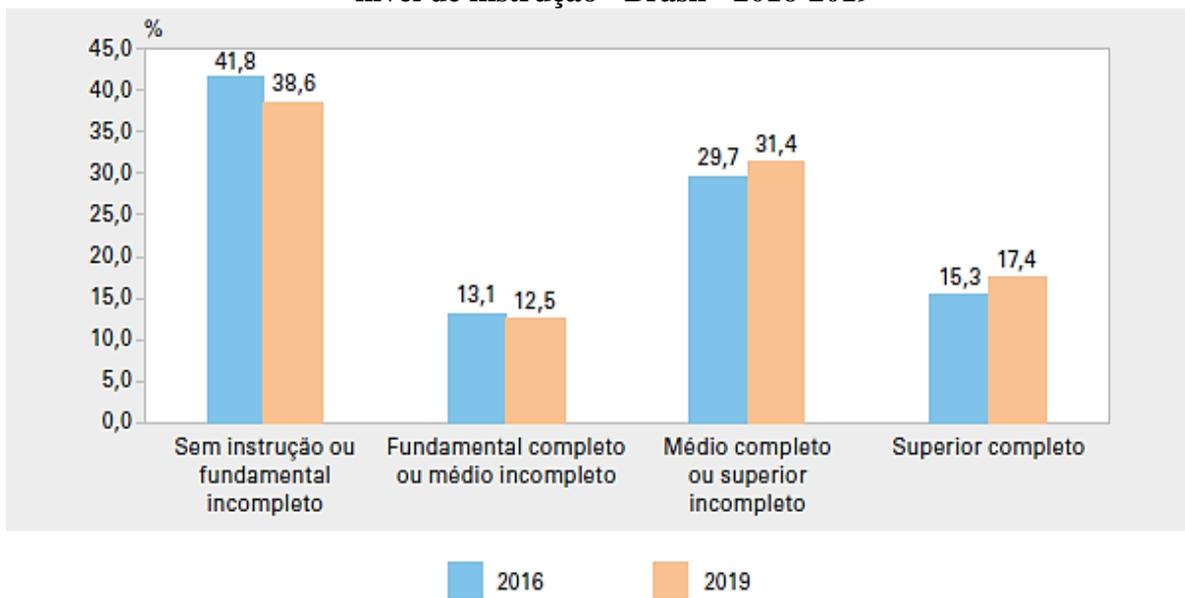
R Educação

O presente tópico é dedicado à análise de aspectos da realidade educacional brasileira, identificando desigualdades regionais, de gênero, cor ou raça, rendimento e por situação do domicílio no acesso a educação.

- Nível de instrução e analfabetismo

Entre 2016 e 2019, o nível de escolaridade da população brasileira de 25 anos e mais também mudou, diminuiu a proporção da população com ensino médio inferior e aumentou o número de turmas com ensino médio e superior com graduação completa.

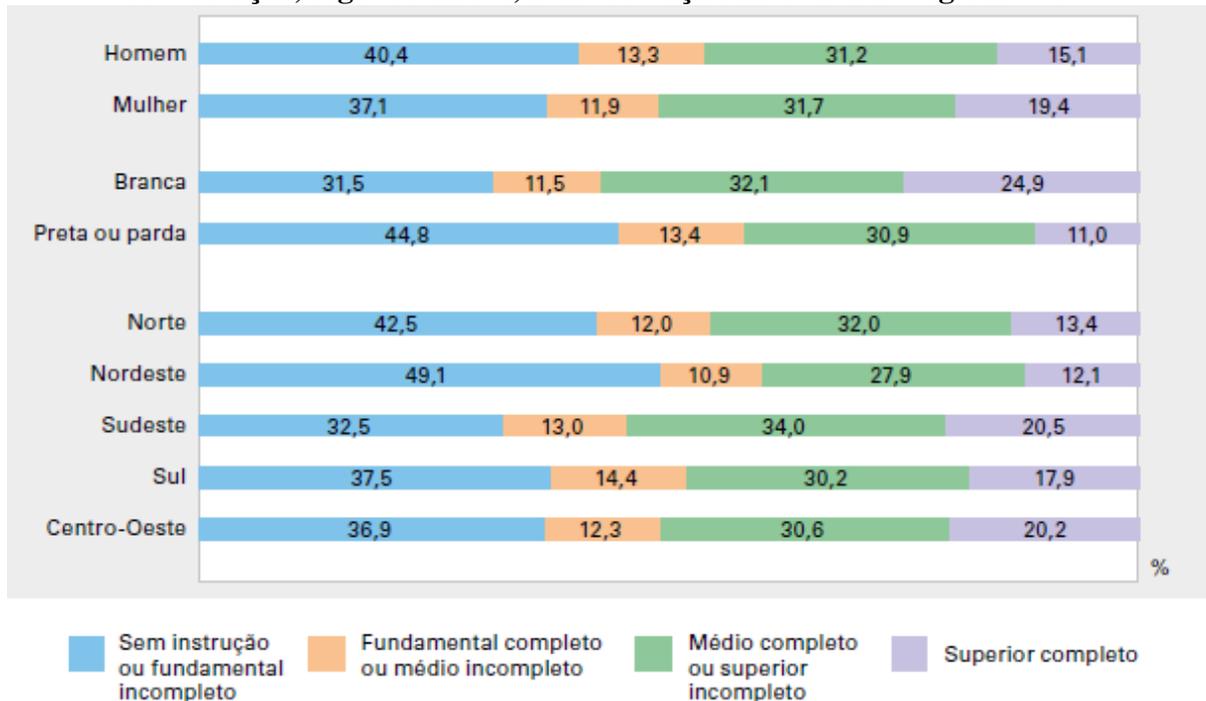
Gráfico 7- Distribuição percentual das pessoas de 25 anos ou mais de idade, segundo o nível de instrução - Brasil - 2016-2019



Fonte: IBGE, Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. N 43, 2020.

De acordo com o IBGE (2020), a educação de pessoas com mais de 25 anos também é foco de políticas públicas. Em particular, a Constituição Federal estabelece que o Estado tem o dever de oferecer ensino fundamental gratuito a todos os que não tiveram acesso a ele na idade adequada. – ou seja, um contingente de 51,1% das pessoas com 25 anos ou mais que não concluíram o ensino médio tem o direito constitucional à graduação gratuita.

Gráfico 8- Distribuição percentual da população de 25 anos ou mais de idade, por nível de instrução, segundo o sexo, a cor ou raça e as Grandes Regiões – 2019



Fonte: IBGE, Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. N 43, 2020.

Na medida em que o nível de instrução nos grupos etários mais velhos é um resultado do histórico de desenvolvimento das redes de ensino do Brasil, as desigualdades no acesso a educação em décadas passadas traduzem-se no presente em níveis de instrução desiguais entre os diferentes grupos populacionais de 25 anos ou mais, como pode ser visto no Gráfico 8.

4 POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS NO BRASIL

No Brasil, a criação da previdência rural foi o primeiro passo para um esquema inclusivo, em 1971, e a consecutiva quebra da relação entre contribuição e benefício. O benefício, além de importante para milhões de trabalhadores, trouxe o reconhecimento do trabalho em atividades no campo, quase que totalmente informais, e propiciou um desmembramento entre contribuição e benefício, dando abertura para a introdução da dimensão das necessidades no sistema de proteção social (SOARES; SÁTYRO, 2009).

De acordo com Santana (2012), houve uma redução da discussão sobre o problema da fome e da miséria no país desde a mobilização da sociedade em torno da campanha da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, nos anos 1990.

Ainda segundo Soares e Sátyro (2009), o Programa Bolsa Escola Federal, criado em 2001, foi o segundo programa de transferência de renda condicionada federal no Brasil. Tinha como requisito a frequência mínima de 85% na escola, ao ano, para crianças de 6 a 15 anos. O benefício era concedido a famílias cuja renda *per capita* se situava abaixo de R\$ 90,00, e o valor da bolsa era de R\$ 15,00 por criança, com um teto de R\$ 45,00 por família. O Ministério da Educação respondia pelo programa.

Através de indicadores como educação, moradia, saúde e PIB *per capita*, o Brasil é caracterizado como um país com grande desigualdade social e econômica. Para o avanço do país é fundamental a diminuição dessa desigualdade, e, portanto, o Estado deve implantar Políticas Públicas Sociais eficientes e eficazes que viabilizem a redução dessas desigualdades (SANTANA, 2012).

Nesse sentido, Silva (2010) nos diz que ainda há uma persistência da pobreza e desigualdade social do Brasil, mas que essas taxas vêm caindo, a partir de medidas adotadas na constituição brasileira de 1988. Nos últimos anos, surgiu a oportunidade de erradicar a pobreza e, embora a redução da pobreza supere a da desigualdade social, parece que ela só pode ser administrada.

Nesta perspectiva, ao desenvolver uma política redistributiva, é necessário definir os princípios em que se deve apoiar, por exemplo, Justiça e Igualdade, que garantem a análise das desigualdades principalmente do ponto de vista ético. Não sendo maioria, é forte a perspectiva no campo da Economia de que a dimensão ética na análise da pobreza deve necessariamente se sobrepor aos argumentos econômicos, mesmo que isso signifique ameaças ao crescimento (FREITAS, 2015).

Vários planos de desenvolvimento de políticas públicas sociais foram sendo consideradas e implantadas no decorrer dos diferentes governos no Brasil, e alguns desses trouxeram maiores níveis de eficácia, claro que como qualquer programa dessa magnitude também irá aparecer muitas barreiras, gargalos e desvantagens. Cabe, entretanto, aos governantes, observar os avanços e retrocessos com a intensão de encontrar meios de avançar nas políticas sociais. Dentre esses programas, um se destacou, o PBF (Programa Bolsa Família), vamos abordá-lo nos próximos tópicos, evidenciando outra ferramenta indispensável para o combate à pobreza e desigualdade – educação.

4.1 EDUCAÇÃO: INSTRUMENTO QUE TRANSFORMA REALIDADES

O presente capítulo é dedicado à análise de aspectos da realidade educacional brasileira, ressaltando a importância da educação para o combate da pobreza. Procuro, dentro desse contexto, mostrar o quanto a educação contribui para o desenvolvimento de uma nação.

“Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo” (FREIRE, 1979, P. 84). Para Paulo Freire, autor da citação anterior, a educação tem o poder de transformar o mundo, através de pessoas que tenham acesso a ela. Em sua perspectiva, ele afirma a importância da educação para a mudança de uma sociedade.

Na sociedade brasileira contemporânea, as defasagens, absoluta e relativa, na escolaridade da população explicam de modo significativo, a intensa desigualdade de renda do país. Especificamente no que se refere ao mercado de trabalho, observamos que a heterogeneidade da escolaridade entre os trabalhadores e o valor atribuído aos anos de escolaridade adicionais representam os principais determinantes da desigualdade salarial (IPEA, 2002).

A educação é uma das ferramentas de combate à pobreza, pois o investimento em educação gera uma série de externalidades sobre o bem-estar, uma delas é o aumento de renda. Diante disso:

Uma das grandes dificuldades em se avaliarem os impactos de investimentos em educação advém do fato de que estes não apenas influenciam as condições de vida daqueles que se educam (efeitos privados da educação), mas, também, geram uma série de externalidades sobre o bem-estar daqueles que os rodeiam. Do ponto de vista privado, a educação tende a elevar os salários via aumentos de produtividade, a aumentar a expectativa de vida com a eficiência com que os recursos familiares existentes são utilizados, e a reduzir o tamanho da família, com o declínio no número de filhos e aumento na qualidade de vida destes reduzindo, portanto, o grau de pobreza futuro. No entanto, acreditamos que as externalidades geradas pela educação podem, em geral, superar em grande medida os seus efeitos privados. A magnitude dos efeitos externos da educação é, contudo, bem pouco conhecida e difícil de estimar (IPEA, 1997).

O crescimento econômico através da eliminação do atraso educacional eleva o crescimento da renda *per capita* dos salários industriais e das exportações em cerca de 15% a 30%. Este impacto é particularmente elevado sobre o crescimento dos salários industriais e das exportações, representando algo entre 25% e 30% da taxa de crescimento atual (IPEA, 1997).

Outro ponto importante a ser levantado com relação à Educação, é sua relação ou, neste caso, a falta dela, com os níveis de fecundidade no país, pois se observa em pesquisas sobre comportamento reprodutivo no Brasil, que as taxas mais elevadas estão entre a população pobre, onde se encontram os grupos menos escolarizados, com menores níveis de consumo e condições precárias de moradia. A literatura mostra que, em grande parte, esta

maior fecundidade se deve não apenas à falta de acesso aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, mas também acontece em razão da falta de perspectivas profissionais e educacionais, assim como de um projeto de vida que possibilite o progresso cultural e material destas mulheres jovens (ALVES; CAVENAGHI, 2013).

Ao longo das décadas, o número de famílias em situação de pobreza aumentou, e com isso aumentaram as dificuldades de seus filhos, adolescentes e jovens terem acesso à escola e ficar lá até que concluam a educação básica. Para quebrar o ciclo, o atendimento escolar é uma condição básica.

Programa Bolsa Família (PBF) combina transferência de renda e acesso aos direitos sociais cuidados básicos de saúde, alimentação, educação e trabalho social para famílias que vivem em circunstâncias de pobreza e pobreza extrema, tentando superar seu estado de vulnerabilidade.

É necessário continuar melhorando a gestão das condicionalidades da educação. A mobilização para participação regular das famílias e do poder público é fundamental para os resultados positivos apresentados.

O Programa de Monitoramento da Frequência Escolar de Crianças e Jovens em Vulnerabilidade, condicionalidade do PBF, tem grande potencial para contribuir com as agendas prioridades das políticas educacionais brasileiras, especialmente a universalização da Educação básica.

Diante do que foi colocado, pode-se afirmar a eficácia da educação para combate à desigualdade e à pobreza. Por ser um ponto tão importante, ele está vinculado a um dos programas mais bem sucedidos já implantados no Brasil, o PBF, que tem como um dos requisitos para sua participação, frequência escolar monitorada, entre outros aspectos. Trataremos melhor desse assunto nos itens seguintes.

4.2 BOLSA FAMÍLIA: UM PROGRAMA DE COMBATE A POBREZA

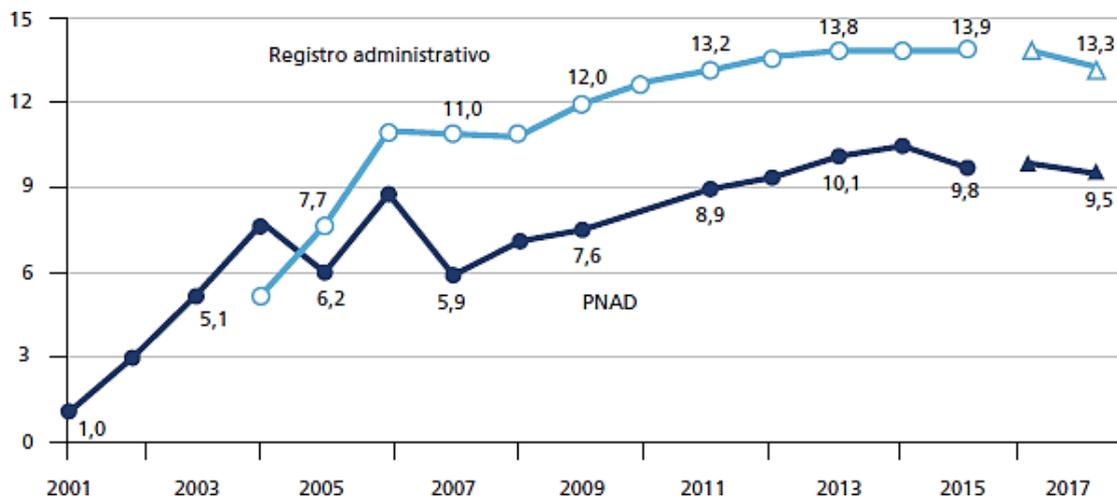
Nessa seção serão revisados trabalhos a do Programa Bolsa Família (PBF), trazendo alguns autores que estudaram o programa, a fim de se entender melhor suas funções e torna-lo exemplo de política pública adotada pelo Estado.

Basicamente falando, o Programa Bolsa Família (PBF) é uma transferência de renda que requer algumas condições, na qual eles devem cumprir alguns compromissos, em geral em saúde e educação, então são realizadas transferências em dinheiro para essas famílias (não

para indivíduos), de forma focalizada, ou seja, buscando focar nas famílias em vulnerabilidade social (DE SOUZA, et al, 2019).

A princípio o programa tinha como objetivo contribuir para a inclusão social das famílias em situação de miséria, com alívio imediato de sua situação, e induzir avanços em sua educação e saúde para interromper o ciclo passado de geração em geração, dentro dessas famílias, de reprodução da pobreza. Era preciso unificar os programas setoriais de transferência de renda existentes, consolidar o Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), criar uma estratégia federativa para sua gestão, acompanhar as condicionalidades e garantir oferta e acesso aos serviços (CAMPELLO et al).

Gráfico 9- Brasil: Famílias beneficiárias do PBF nos registros administrativos e nas PNADs (2001-2017) (em milhões)



Fonte: DE SOUZA, Texto para Discussão, nº 249. Ipea, 2019.

No gráfico 9, é possível notar o quanto as pesquisas domiciliares – seja a antiga PNAD ou a nova PNAD Contínua – subestimam o número de beneficiários do PBF, gerando estimativas entre 30% e 35% menores. A exceção é 2004, que, como 2006, foi atípico, pois o questionário da PNAD contou com um suplemento especial sobre programas de transferência de renda (IPEA, 2013).

Como foi abordada a cima, o foco do PBF está em combater a pobreza e conseguir quebrar a sua repetição entre as gerações. Programas como esse, trabalham para convergência de transferência de renda de curto prazo, que aumentam a renda imediata das famílias, e de longo prazo que incentivam os investimentos em capital humano, através da inclusão social, com destaque para a educação (SANTANA, 2012).

Por ser um programa muito abrangente, alguns órgãos importantes do governo têm forte participação. “Conjuntamente, o Bolsa Família e o Cadastro Único proporcionaram uma base sólida para a expansão e a consolidação, de forma articulada, das políticas voltadas à população mais vulnerável” (PAIVA; FALCÃO; BARTHOLO, 2013). Fica a cargo da Caixa Econômica Federal toda operação e pagamento. Cabe a ela a parte operacional de receber as informações do Cadastro Único que são levantadas pelos municípios, processar estas informações, calcular a renda familiar *per capita* de acordo com os critérios estabelecidos pela SENARC, calcular quanto deve receber cada família, emitir os cartões magnéticos para pagamento e, por fim, pagar o benefício mensalmente. Diferente de sua atuação vinculada a outros programas de transferência de renda, a Caixa tem bastante atuação, visto que fica responsável desde processar as informações até ser o órgão pagador (SOARES; SÁTYRO, 2009).

O Impactos do PBF

O Programa Bolsa Família (PBF) é responsável por dois importantes desdobramentos do sistema previdenciário brasileiro a) unifica diversos programas semelhantes já existentes; b) elimina lacunas, sobreposições e ineficiências, fornece um novo sistema para o sistema Dimensão e b) passou a atender pessoas pobres em idade produtiva, abrangendo pessoas com baixíssima cobertura de proteção social, especialmente crianças. Antes do PBF, o sistema se caracterizava por proporcionar renda compartilhada (previdência) e gratuita (renda contínua - BPC) para pessoas que perderam capacidade produtiva (PAIVA; FALCÃO; BARTHOLO, 2013).

Entre 2003 e 2011, a renda *per capita* brasileira cresceu mais de 40%, de cerca de R\$ 550,00 para pouco mais de R\$ 770,00; e a desigualdade medida pelo coeficiente de Gini diminuiu 9,2%, de 0,576 para 0,523. A extrema pobreza teve queda de 8% para pouco mais de 3% da população, e a pobreza recuou de 16% para 6%. O único estrato que aumentou sua participação relativa – em mais de 15 pontos percentuais (p.p.) – foi o dos não pobres, embora o maior ainda seja o dos vulneráveis (49%). São avanços tão positivos que indicam a possibilidade de erradicação da extrema pobreza e até da pobreza medidas pelas PNADs, no sentido de torna-las meramente residuais, caso o desempenho se mantenha parecido nos anos seguintes (SOUZA; OSÓRIO, 2013).

Como foi colocado, percentuais com relação à pobreza extrema, pobreza e desigualdade tiveram quedas significativas entre os anos de 2003 e 2011, que demonstra uma

grande evolução, lembrando que o PBF teve início em 2003, podendo então ser associado a esses números.

De acordo com Santana (2012), as exigências de condições como educação e saúde apresentam vantagens para sociedade por influenciar na melhoria do nível de escolaridade dos familiares dos beneficiários que estão em idade escolar e, portanto, criam as condições para a próxima geração famílias pobres têm maior capital humano do que seus pais. Por conseguinte, arrume um emprego de maior qualidade, com melhores salários para sair da pobreza de forma permanente.

Houve muitos pontos positivos na progressão escolar para crianças beneficiárias do PBF, em até 6 pontos percentuais (p.p) comparadas as crianças do mesmo perfil socioeconômico não beneficiárias. Outro ponto positivo foi a elevação da frequência escolar no Nordeste, o que pode ter contribuído diretamente na redução do trabalho infantil, visto que o programa tem como condição a frequência de 85% dessas crianças na escola (JANNUZZI; BICHIR; RITZI, 2012).

A evolução do PBF durante há primeira década oferece importantes lições para outros países sobre estas duas transições. A crescente institucionalização do PBF e da assistência social de forma mais ampla, incluindo a criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o Fome Zero, em 2004, indica o caminho a ser seguido, em direção a instituições estáveis, permanentes e capazes de sustentar a pobreza zero. Os debates sobre o papel da assistência social e sobre o Bolsa Família identificam as opções que existem à frente, em termos da ampliação da inclusão social e econômica no Brasil. Os programas de transferência de renda para o desenvolvimento humano têm um futuro promissor no cerne das instituições sociais emergentes do Sul (BARRIENTOS, 2013).

Fica evidente o quão bem sucedido o PBF tem sido, tanto na primeira década, quanto nessa, com grande atuação no combate a pobreza e atuante no combate a fome em conjunto com outros programas e na educação com melhoria na frequência escolar, permanência desses alunos até graus mais elevados de escolaridade. Então, em vista do que foi exposto, há dados e informações significativas para se inferir o valor socioeconômico desse programa social e da importância dele para o desenvolvimento do país.

Outro ponto importante a ser discutido e que é pouco evidenciado, é a autonomia que as mulheres portadoras do cartão do programa vêm adquirindo. Exemplo dessa autonomia familiar, circunscrita ao papel de gestora de recursos, diz respeito ao poder nas decisões da família, já que antes tudo ficava cargo do cônjuge por ser o portador de renda da família. Agora, o poder de compra de bens duráveis, remédios e vestuário, bem como participação também no mercado de trabalho e autonomia para com seu próprio corpo, como usos de

métodos contraceptivos, são elementos que permitem apontar mudanças na própria estrutura e dinâmica das famílias (JANNUZZI; BICIR; RITZI, 2012).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabe-se que a compreensão atual da pobreza a expõe como um fenômeno constituído por várias dimensões importantes para o bem-estar da população, mas não se deve esquecer que muitas dimensões são difíceis de medir, como as condições culturais, a presença política, o nível de participação social da população, que também deve ser levado em consideração na identificação e medição da pobreza. Porém, ao se analisar a pobreza como escassez de renda e enfocá-la como objeto de políticas públicas, dimensões importantes acabam sendo deixadas de lado em sua concepção.

Vários métodos podem ser vistos na perspectiva multidimensional da análise da pobreza, incluindo métodos de necessidades humanas básicas e métodos de treinamento. O método das necessidades básicas é uma das primeiras teorias a discordar dos conceitos teóricos, que sustentam que o crescimento econômico é condição suficiente para a erradicação da pobreza. Esse fato tem chamado a atenção para outros aspectos da avaliação da pobreza, como educação, saúde, nutrição, habitação, trabalho e, posteriormente, participação política e social.

Como foi observado, em 2015 a pobreza no Brasil subiu com cerca de 3,6 milhões de novos pobres, e desde o final de 2017 o aumento da pobreza foi de 33%, passando de 8,38% da população brasileira. Ainda de acordo com o que foi analisado, entre 2014 e 2018, a renda dos 5% mais pobres do Brasil caiu 39%, e fez com o que a cota da população em situação de extrema pobreza tivesse um aumento de 71,8% nesse período, incluindo a inclusão de cerca de 3,4 milhões de novos pobres em situação extrema. Esse aumento da pobreza ocorreu por conta da recessão econômica, mas também por causa do desajustamento do Bolsa Família (PBF).

Percebe-se que o PBF apresenta pontos positivos, pois, ao transferir renda para quem realmente necessita, contribui para o aumento do consumo e, por extensão, reduz a pobreza. Essa renda também dinamiza a economia em diversos municípios. A crítica ao PBF se sustenta no caráter assistencialista do programa, pois segundo alguns especialistas é utópico tentar erradicar a pobreza sob essa ótica. O PBF é válido, mas precisa ser acompanhado por medidas sustentáveis que de fato minimizem a pobreza no país. Tais medidas configuram-se

para melhorar a qualidade da educação, saúde, habitação, saneamento básico, geração de empregos e garantia da cidadania. Interpretar a pobreza como um fenômeno multidimensional é atribuir importância às políticas públicas sociais, que precisam atuar em conjunto, de forma não apenas a tirar o indivíduo da pobreza, mas também a evitar seu retorno a ela. Isso significa que a adoção da linha da pobreza - que, aliás, é um valor bastante questionável, não garante sua superação, deve haver ações socioeconômicas integradas que contribuam para a promoção do desenvolvimento que, conseqüentemente, permita a eliminação dos riscos incidência de pobreza.

REFERÊNCIAS

ALVES, José Eustáquio Diniz; CAVENAGHI, Suzana. O programa Bolsa Família e as taxas de fecundidade no Brasil. Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: Ipea, p. 233-245, 2013.

BARRIENTOS, Armando et al. Transferências de Renda para o Desenvolvimento Humano a Longo Prazo. Campello, T.; Neri, M. C. (Orgs.). Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: Ipea; MDS, 2013.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. Texto para discussão nº 857 pelo fim das décadas perdidas: educação e desenvolvimento sustentado no Brasil. Ipea, 2002.

BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane. Texto para Discussão (TD) 525: Investimentos em educação e desenvolvimento econômico. Ipea, 1997.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 dez. 2020.

CAMPELLO, Tereza et al. Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Ipea, 2013.

CRESPO, Antônio Pedro Albernaz; GUROVITZ, Elaine. A pobreza como um fenômeno multidimensional. RAE eletrônica, v. 1, n. 2, p. 1-12, 2002.

DA SILVA, Maria Ozanira et al. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. Revista Katálysis, v. 13, n. 2, p. 155-163, 2010.

DE SOUZA, Pedro HG et al. Os efeitos do Programa Bolsa Família sobre a pobreza e a desigualdade: Um balanço dos primeiros quinze anos. Texto para Discussão, nº 249. Ipea, 2019.

DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <
<https://www.dicio.com.br/pobreza/>>. Acesso em: 27/07/2020.

FGV SOCIAL. A Escalada da Desigualdade - **Qual foi o Impacto da Crise sobre Distribuição de Renda e Pobreza ?**. 2019. Disponível em:<
<https://cps.fgv.br/desigualdade>>. Acesso em: 18 jan. 2021.

FREITAS, Leana Oliveira. ENSAIO INICIAL SOBRE POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL: indicações políticas para a política de assistência social. Revista de Políticas Públicas, v. 8, n. 2, p. 93-112, 2015.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IBGE, I. B. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. Estudos e Pesquisas-Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 43, 2020.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Brasil em desenvolvimento**: Estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: Ipea. Disponível em: <
<https://www.ipea.gov.br/portal/>>. Acesso em: 10 dez. 2020.

JANNUZZI, Paulo; BICHIR, Renata; RITZI, Rovane. Bolsa Família e seus impactos nas condições de vida da população brasileira: principais resultados da pesquisa Avaliação do Impacto do Bolsa Família II. Brasília: MDS/Sagi, 2012.

Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 409 p.

PAIVA, Luis Henrique; FALCÃO, Tiago; BARTHOLO, Letícia. Do Bolsa Família ao Brasil Sem Miséria: um resumo do percurso brasileiro recente na busca da superação da pobreza extrema. BOLSA FAMÍLIA, p. 25, 2013.

SALAMA, Pierre; DESTREMAU, Blandine. O tamanho da pobreza. Editora Garamond, 2011.

SANTANA, Edeilda Maria de Jesus. A pobreza no Brasil na década de 2000: políticas e resultados. 2012. Disponível em< <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/9233>>. Acesso em: 10 dez. 2020.

SCALON, Celi. Desigualdade, pobreza e políticas públicas: notas para um debate. Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar, v. 1, n. 1, p. 49, 2011.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de: Laura Teixeira

SILVA, abinoã cunha da; BANDEIRA, ellen suenne ferreira; LOPES, ester borges lopes. pobreza no brasil: aspectos conceituais e o processo de construção histórica. disponível em: <
http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/cdvjornada/jornada_eixo_2011/desigualdade_s_sociais_e_pobreza/pobreza_no_brasil_aspectos_conceituais_e_o_processo_de_construcao_historica.pdf> . Acesso em 20 dez. 2020.

SOARES, Sergei; SÁTYRO, Natália. O Programa Bolsa Família: desenho institucional, impactos e possibilidades futuras. Texto para discussão, 2009.

SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira de; OSÓRIO, Rafael Guerreiro. O perfil da pobreza no Brasil e suas mudanças entre 2003 e 2011. Campello, T.; Neri, M. C. (Orgs.). Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: Ipea; MDS, 2013.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. Serviço Social & Sociedade, n. 110, p. 288-322, 2012.